



DIÁRIO DE NOTÍCIAS	27. JAN. 1980	COMERCIO DO PORTO	
PORTUGAL HOJE		DIÁRIO POPULAR	
CORREIO DA MANHÃ		DIÁRIO DE LISBOA	
DIA		CAPITAL	
DIÁRIO		TARDE	
A TRIBUNA			
PRIMEIRO DE JANEIRO			
JORNAL DE NOTÍCIAS			

Conselho de Ministros

Medidas de austeridade para serviços públicos

Todos os Ministérios terão de elaborar, no prazo de 30 dias, um inventário de situações de funcionários pagos como se estivessem ao serviço mas sem ocuparem qualquer cargo ou desempenharem qualquer tarefa, segundo decisão ontem tomada pelo Conselho de Ministros.

Serão reexaminadas, no mesmo prazo, as normas legais ou regulamentares que admitam casos como os atrás citados, com carácter duradouro. Ainda no domínio da administração pública, o Ministério das Finanças e Plano e a Secretaria de Estado da Reforma Administrativa prepararam no prazo também de um mês, as medidas necessárias para ser reforçado o controlo de admissões de novos funcionários e se proceder a uma melhor gestão dos recursos humanos existentes.

O Conselho de Ministros deliberou ainda submeter a exame, pelos Ministérios competentes, no prazo de 60 dias, as normas legais ou regulamentares e todos os usos e práticas que atribuem transporte gratuito, ou a preço reduzido, em meios de transporte em empresas públicas nacionais, a membros do Governo, funcionários públicos e demais agentes do sector público em viagens de carácter particular. Esta medida é também válida para a cedência de bilhetes gratuitos ou a preços reduzidos para espectáculos em estabelecimentos do Estado ou deles dependentes, mas não se aplica às Forças Armadas, pois, como esclareceu Freitas do Amaral, o Governo não tem competência jurídica para deliberar sobre as despesas dos militares neste domínio.

Foi também decidido encarregar os Ministérios das Finanças e Plano, da Indústria e Energia e a Secretaria de Estado da Reforma Administrativa de procederem, no prazo de 60 dias, à revisão das normas regulamentadoras da aquisição, reparação e uso dos automóveis do Estado dos institutos e empresas públicas dele dependentes, por forma a reduzir os custos, melhorar a gestão e estimular a poupança de combustíveis. Por outro lado, será elaborada nova legislação que permita o aproveitamento das viaturas apreendidas pelas Forças de Segurança, de maneira a permitir-se a sua integração no parque automóvel do Estado ou a sua venda oportuna.

Além destas medidas, o vice-primeiro-ministro e o ministro das Finanças e Plano propõem a adopção de outras providências que considerem necessárias para a racionalização e moralização dos gastos públicos e a redução das despesas correntes.

Inventário de comissões de trabalho ou de inquérito

«Na Administração Pública portuguesa têm-se criado e multiplicado comissões e grupos de trabalho das mais variadas espécies, cujo número cresce de forma imparável e, muitas vezes, sem suficiente justificação. Partindo deste considerando, o Conselho decidiu que cada ministro determinará a elaboração, no prazo de 30 dias, de listas completas de todas as comissões e grupos de trabalho criados no âmbito dos seus departamentos e ainda não extintos. De tais listas deverão constar o nome de cada comissão ou grupo de

trabalho, o objecto de que se ocupa, o prazo marcado para o cumprimento da sua tarefa, o estado actual dos trabalhos, bem como o número de membros que os compõem e o respectivo custo financeiro mensal. Nos 30 dias subsequentes, os ministros tomarão as decisões que considerarem convenientes: acelerar a conclusão das tarefas das comissões ou grupos, reduzir-lhes o custo de funcionamento ou, pura e simplesmente, extingui-los.

Decisão semelhante foi tomada relativamente às comissões de inquérito nomeadas em consequência de situações irregulares ou imorais detectadas, ou de desastres, sinistros ou calamidades naturais. Todas as secretarias-gerais, direcções-gerais e inspecções-gerais, bem como os restantes serviços e organismos do Estado ou dependentes da tutela do Governo, incluindo empresas públicas, terão de enviar aos respectivos ministros, no prazo de 30 dias, uma nota sumária de todos os inquéritos, indicações, averiguações e processos administrativos de natureza semelhante, não exclusivamente individuais, que se encontrem pendentes. Nos 30 dias seguintes, os ministros adoptarão todas as providências que forem necessárias para acelerar o andamento dos processos ou para os concluir, e para tomar as decisões finais que se imponham.

Aumento dos combustíveis é inevitável

No «briefing» com os jornalistas o ministro da Indústria e Energia, Alvaro Barreto informou que o Conselho de Ministros definiu orientações de carácter geral para a adopção de medidas concretas sobre os novos preços dos combustíveis, mas não tomara qualquer decisão relativamente à percentagem do aumento, nem à data da sua entrada em vigor. Desmentindo notícias divulgadas ontem, que davam como certo o aumento de 500 por litro de gasolina, Alvaro Barreto considerou, porém, inevitável, que os preços no consumidor sejam afectados pelo aumento das ramas de petróleo, pois o nosso país vai gastar, este ano, o dobro na importação daquele produto — 120 milhões de contos, em vez dos 60 milhões em 1979.

Contrariamente ao que se esperava, o Conselho não tomou decisões, na sua reunião de ontem, sobre o sector da Comunicação Social, embora algumas das medidas de austeridade anunciadas se apliquem, naturalmente, às empresas estatizadas de Informação. Freitas do Amaral disse que o assunto consta do calendário prefixado pelo Governo e será debatido «a seu tempo».

O vice-primeiro-ministro e ministro dos Negócios Estrangeiros informou, por outro lado, a propósito de rumores sobre movimentos no corpo diplomático e sobre o futuro da embaixadora Maria de Lurdes Puntaligo, que apresentara ao primeiro-ministro uma proposta, que Sá Carneiro aprovou e vai apresentar ao Presidente da República. Não revelou, porém, o conteúdo dessa proposta. Quanto à poupança prevista com a aplicação das medidas de austeridade atrás referidas, o ministro das Finanças e Plano, Cavaco Silva, não revelou números, acrescentando apenas que o que se pretende é que o consumo público seja moralizado e não registe um aumento de 7 ou 8 por cento, como aconteceu em 1979.

Futuro